



ATUAÇÃO NA SOMÁLIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA GUERRA - UMA REFLEXÃO

CC Gustavo C. Garriga Pires

Breve histórico: em dezembro de 1992, os Estados Unidos da América (EUA), com o respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU), decidiram por levar assistência humanitária à Somália, em uma iniciativa que obteve apoio mundial quase unânime.

Em outubro do ano seguinte, o mundo assistiu, horrorizado, ao episódio que ficou conhecido como “Falcão Negro em Perigo”, onde dois helicópteros MH-60 Black Hawk foram abatidos e militares norte-americanos foram trucidados pelas ruas de Mogadishu, capital Somali.

Em março de 1994, as tropas norte-americanas foram retiradas, sem que o objetivo da missão fosse atingido.

ONDE: SHOPING TIJUCA. QUANDO: NATAL DE 2004.

Eu e meu filho de 8 anos de idade estávamos procurando seu presente. Fui arrastado para uma loja de videogames e, depois de uma árdua negociação, acordei em comprar-lhe um título de Playstation 2.

Cinco minutos mais tarde, Alexandre trouxe seu escolhido: “Delta Force: Black Hawk Down”. Eu já havia lido o livro e, também, assistido ao filme; além disto, recordava-me muito bem de todas as circunstâncias e desdobramentos que culminaram naquele lastimável episódio.

A partir dele, discussões técnicas e táticas dominaram a mídia em todo o mundo e lembro-me de vários pareceres e artigos de experts sobre procedimentos empregados e até mesmo sobre a adequabilidade daquele helicóptero para o tipo de missão em questão.

Apesar de interessantes, não foram estes tópicos que dominaram minha atenção.

A questão primordial, para mim, sobre este cenário é bastante simples: como, em um intervalo de tempo tão exíguo, pôde a situação política se deteriorar tão rapidamente? Em outras palavras, como uma intervenção tão aceita internacionalmente culminou em um derramamento de sangue tão cruel?



INTRODUÇÃO

Os princípios da guerra não são uma unanimidade. Autores divergem sobre quais seriam tais princípios, o que eles efetivamente significam e, até mesmo, a sua própria existência. Levar adiante esta discussão não é minha intenção. O que farei é usá-los como ponto de partida para analisar o ocorrido na Somália no início da última década do século XX.

E quais serão os princípios que usarei? Com a intenção de expandir o campo de observação de nosso Corpo de Aspirantes, não usarei os princípios estabelecidos por nossa “Doutrina Básica da Marinha – EMA-305”, objeto de estudo do Aspirante do 3º Ano da Escola Naval. Na realidade, usarei os 12 “Princípios das Operações Conjuntas”, baseados na doutrina estadunidense e especificados na publicação “3-0 – Operações Conjuntas” dos *Joint Chiefs of Staff* dos EUA. Sem querer assumi-los como soluções-padrão para todos os empreendimentos militares, eles serão aplicados, de acordo com Clausewitz, para “... estimular e servir como guia para (...) nossas próprias reflexões” (Clausewitz, pg. 3). Interessante também será constatar que, apesar de não serem idênticos, ambos os conjuntos de princípios são extremamente semelhantes.

Neste ponto, faz-se mister explicitar uma nota fundamental. Tais princípios têm como origem os antigos “Princípios da Guerra”, enumerados em uma época em que o escopo das operações militares era bem mais restrito que o em voga nos dias de hoje. Provavelmente, parte daí o desdém de alguns estudiosos militares em aplicá-los, relegando-os a um

plano inferior quando o assunto é retirar conclusões sobre qualquer evento. Devido a duas razões, este não é o meu caso: primeiro, não me considero um estudioso militar e, segundo, reputo tais princípios importantes independentemente do tipo de operação militar em questão.

No caso da Somália em especial, três foram aqueles que mais se destacaram a fim de produzir o resultado final: Princípio do *Objetivo*, Princípio da *Economia de Força* e Princípio da *Unidade de Comando*.

DE DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS A CONSTRUTOR DE UMA DEMOCRACIA: UM GRANDE SALTO

O princípio mais premente ao analisarmos a atuação dos EUA é o do *Objetivo*. No início as tropas norte-americanas desembarcaram na Somália com uma clara e "...bastante limitada e irreal missão..."

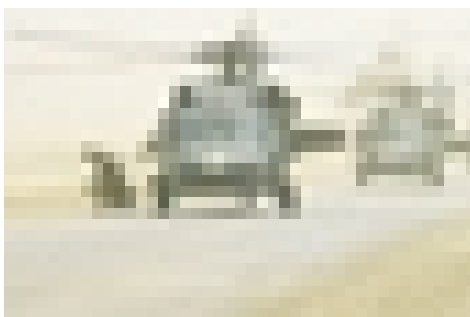
(Zinni, VCD): assegurar o fluxo de alimentos e medicamentos à faminta população da Somália – a denominada Operação "Restaurar da Esperança". Tal iniciativa foi mundialmente saudada como uma legítima intervenção de uma nação rica em suporte a uma nação em necessidades, fato que ressalta a sua *Legitimidade*. A luta entre diferentes clãs trouxe o colapso nas redes de distribuição e aqueles que mais sofriam eram justamente os mais necessitados. Basicamente, todos os serviços públicos estavam paralisados e o Estado Somali havia deixado de existir.

O primeiro mês foi extremamente bem-sucedido e promissor. Através de ações que asseguraram o funcionamento das linhas de comunicação entre armazéns e centros de distribuição, as tropas faziam chegar àqueles mais pobres os elementos essenciais à vida humana. Os senhores da guerra locais ainda estavam no controle e representavam uma séria ameaça, porém a ação assistencial estava invertendo o balanço na busca dos corações e mentes do povo Somali. A calorosa recepção oferecida ao Presidente George Bush nos últimos dias de dezembro de 1992 foi uma inequívoca prova desta tendência.

Entretanto, o cenário político estava para sofrer uma grande mudança. Após a sucessão presidencial norte-americana, quando o Presidente Bill Clinton assumiu o cargo, e com base nos ótimos resultados até então, a Organização das Nações Unidas, com a aprovação dos EUA, decidiu expandir o escopo da

missão. A partir do entendimento que o alívio momentâneo teria vida curta a não ser que uma situação política mais estável fosse alcançada no país, um ambicioso plano de reconstrução nacional, baseado em fundamentos democráticos, foi concebido.

A fim de cumprir esta nova missão, uma atuação mais agressiva e pró-ativa contra os senhores da Guerra era necessária, em especial contra o General Mohamed Farrah Aidid. Em breve, as hostilidades recrudesceram, operações militares muito semelhantes às de guerra tornaram-se comuns e, finalmente, o evento "Black Hawk Down" ocorreu e abriu os olhos da opinião pública mundial em geral, e da estadunidense em particular, sobre o que realmente estava acontecendo. Desta ocasião, nasceu o termo "mission creep", que nada mais é que a expansão de um projeto ou missão além de seus objetivos originais, após sucessos iniciais.



MANTENEDORES DA PAZ, FORÇAS COMBATENTES, FORÇAS POLICIAIS, JUÍZES: DIFERENTES CHAPÉUS PARA A MESMA CABEÇA

Uma vez que a ONU e os EUA assumiram esse objetivo mais amplo, novas tarefas rapidamente surgiram. Os militares, principalmente as tropas norte-americanas, tornaram-se sobrecarregadas de imediato. A partir desse momento, eles começaram a desempenhar inúmeros papéis no esforço para reconstruir o Estado Somali: apoio a organizações civis, composição de comitês políticos e judiciais, assunção de serviços policiais, entre outros. Além disto, serviços de inteligência sobre as milícias e os senhores da guerra tornaram-se mais complexos, assumindo valores ainda mais cruciais para o cumprimento da missão.

Devido a estas razões, muitos dos contingentes militares tiveram que ser remanejados de suas tarefas principais. Efetivando isto, os líderes norte-americanos se opuseram ao Princípio de *Economia de Forças*, que estabelece que devemos sempre alocar o mínimo poder combatente para esforços secundários. Como desenvolvimento deste fato os Princípios da *Massa* e da *Ofensiva* também foram afetados negativamente, ou, em outras palavras, as forças militares dos EUA não puderam mais contar com os efeitos positivos que geralmente advêm da concentração de forças e da iniciativa das ações.

AFINAL, PODEMOS CONTAR COM ELES?

Dentre as operações militares que não são consideradas próprias da guerra, em alguns momentos não há sentido em falarmos em *Unidade de Comando*, já que o termo comando refere-se unicamente a forças militarmente estruturadas. Em situações como essa, é comum depararmos com diversas organizações não-governamentais (ONG) e organizações internacionais na zona de ação, ao invés de tão somente pelotões amigos e forças combinadas. Estes grupos civis estão lá para seguir suas próprias doutrinas e alcançar seus próprios objetivos, de acordo com procedimentos e cultura específicos. Para eles, não obstante possuírem missões similares, a última coisa que desejam é serem interpretados como associados aos militares.

Entretanto, se *Unidade de Comando* não é um termo adequado para emprego quando lidando com essas entidades civis, sua consequência desejável, “Unidade de Esforço”, é algo que pode, sim, ser desenvolvido. No caso da Somália, uma iniciativa que trouxe dividendos interessantes foi o estabelecimento, no nível operacional, do Centro de Operações Civis-Militares (COCM).

Como qualquer iniciativa em seu estágio inicial, o COCM necessitou de alguns ajustes principalmente porque, no início, discussões de todos os níveis (estratégico, operacional e tático) tornavam-no engessado e sem poder deliberativo – ao mesmo tempo em que se discutia a política a ser adotada nas ações contra as milícias, a programação de comboios também era debatida. Com o passar do tempo, discussões mais produtivas levaram a conclusões de relevo e, independentemente de qualquer outra consideração, o COCM foi um empreendimento que levou a algum nível de “Unidade de Esforço”. Sem ele, o resultado final teria sido bem pior.

Uma outra faceta relacionada ao Princípio da *Unidade de Comando* neste cenário tem a ver com a “...tensão entre a liderança de direito da ONU e o papel desempenhado de fato pelos EUA.” (Flournoy, p. 2), uma vez que as partes concordaram com a expansão do objetivo inicial: o plano de reconstrução nacional (UNOSOM II). Consequências terríveis surgiram do fato que “...nós tínhamos múltiplas cadeias de comando que trabalhavam simultaneamente” (Flournoy, p. 2) e que a operação como um todo estava “...contaminada pela ausência de qualquer planejamento integrado e por dificuldades de comunicações e de coordenação que resultaram de confusas linhas de responsabilidade.” (*Interagency Management of Complex Crisis Operations Handbook*, p.3).

CONCLUSÃO

Pequenas Guerras, Conflitos de Baixa Intensidade, Novas Guerras, Operações Militares Além das Guerras, Crises Estrangeiras Complexas, Operações de Estabilidade e Suporte. Denominações distintas, definições diversas, mesmo conceito básico. E, para todos eles, os Princípios da Guerra ainda podem proporcionar um entendimento razoável.

Na Somália, todos os doze “Princípios das Operações Conjuntas” lançam um pouco de luz sobre importantes questões. Alguém pode considerar que houve falta de *Perseverança*, depois da tragédia de 3 de outubro. Ou que medidas de *Restrição*, as Regras de Engajamento, foram de alguma forma responsáveis pelo elevado número de baixas. Ou, ainda, que a utilização dos helicópteros *MH-60 Black Hawk*, não obstante a considerável *Manobra*, *Simplicidade* e *Surpresa* que possibilitavam, não era adequada, uma vez que fatores de construção poderiam torná-los presas fáceis de dispositivos antiaéreos específicos, e, por essa, razão a *Segurança* seria comprometida. Particularmente, não concordo com estes pontos, mas tenho que admitir que são interessantes ou que, pelo menos, trazem boas discussões.

Os princípios da guerra ou os “Princípios das Operações Conjuntas” não detêm a verdade universal, tampouco estão acima de criticismo. Todavia, eles ainda são algo que vale a pena mencionarmos quando estamos planejando ou executando uma operação militar, como o exemplo da Somália tem demonstrado.

Decidi não comprar aquele jogo. Ele reclamou, tentou um pequeno choro, mas finalmente trouxe outro título, que já não me recordo mais qual foi. Razões para minha atitude: realmente não sei.

Talvez, mas somente talvez, seja porque ele represente para mim uma janela para o lado mais obscuro da natureza humana, o qual eu não sei explicar, mas tenho certeza que existe.

Até o momento em que descobrir a resposta certa, Alexandre continuará a brincar somente com Homens-Aranha e Shreks em seu video game...

BIBLIOGRAFIA:

1. Clausewitz, Carl von. *The Principles of War*. Dover Publications. 2003.
2. Zinni, Anthony. *VCD Civil-Military Cooperation*. Naval War College U.S.Navy.
3. Mc Ivor, Anthony D. *Rethinking the Principles of War*. U.S.Naval Institute.
4. Fishel, John T. *Little Wars, Small Wars, LIC, OOTW, The Gap, and Things that Go Bump in the Night*. Frank Cass & Co. Ltd. 1995.